

JORNALISTAS CATÓLICOS CONTRA A “CRISE”: UM OLHAR CONSERVADOR SOBRE O BRASIL DOS ANOS 1920 E 1930

Ramiro Barboza de Oliveira*

Resumo: Com este artigo pretende-se abordar o projeto político conservador elaborado por jornalistas mineiros que escreviam nos jornais católicos “O Horizonte” e “O Diário” nas décadas de 1920 e 1930. Para isso, será realizada uma análise de seus editoriais e reportagens entendendo que os intelectuais que escreviam nestas publicações partiam do pressuposto de que o país enfrentava uma grave crise social e institucional cuja superação estaria ligada ao estabelecimento de uma nova ordem baseada na doutrina social da Igreja Católica. A idéia de crise seria, então, um elemento fundamental na percepção da realidade brasileira e nas formulações políticas que representavam o desejo deste grupo de intervir nos movimentos da sociedade.

Palavras-chave: Imprensa, Pensamento Conservador, Conservadorismo Católico.

ABSTRACT: This article aims to address the Conservative political project developed by journalists from Minas Gerais who wrote for the catholic newspaper “O Horizonte” and “O Diário” in the 1920’ and 1930’s. Thus, an analysis of its editorials and reports will be done, conceiving that, the intellectuals who wrote for those publications assumed that the country faced serious social and institutional crisis whose surpass would be linked to the establishment of a new order based on the social doctrine from Catholic Church. The idea of crisis would be a fundamental element in the perception of Brazilian reality and in the political formulations that represented the wish of intervenes in the society movements.

KEY WORDS: Press, Conservative Thought, Catholic Conservatism.

A trajetória política brasileira sempre foi acompanhada por uma intensa participação da imprensa, especialmente dos jornais, que se colocaram em diversos momentos como uma significativa força de intervenção na sociedade. Diversas pesquisas acerca das situações de ruptura institucional no país apontaram a enorme influência que os jornais exerceram nestas ocasiões (CAPELATO, 1991: 131). Em sua maneira de perceber a realidade social, os jornais compartilham uma dupla visão sobre a opinião pública, apresentando-se ao mesmo tempo como intérpretes dos supostos anseios da população e também como formadores dos posicionamentos políticos de seus leitores.

Percorrer as páginas dos jornais com o intuito de perceber os interesses e as formulações políticas neles contidas não é uma tarefa simples. O texto jornalístico é resultado do encontro de uma série de fatores que devem ser considerados na análise historiográfica, o que envolve desde o conhecimento das condições técnicas de produção dos periódicos até a compreensão dos interesses mercadológicos e ideológicos que motivaram a criação da

publicação. Este cuidado é essencial para minimizar os riscos de uma análise simplista das matérias divulgadas, uma vez que a pretensa neutralidade jornalística não se mantém diante de uma abordagem mais criteriosa.

Em Minas Gerais do início do século XX, assim como nas principais cidades do país, os jornais começavam a se apresentar como um importante espaço de atuação de intelectuais de diversas correntes ideológicas. Em Belo Horizonte, os primeiros jornais desta recente capital apresentavam feições bastante modestas e, em geral, tinham uma pequena duração. Joaquim Nabuco Linhares¹, ao analisar as primeiras publicações do período, afirmava que estes materiais eram espécies de “folhas ao vento”, feitos sem nenhum investimento financeiro e quase sempre sem nenhuma expectativa de remuneração econômica. De maneira geral, as primeiras publicações possuíam um caráter fortemente agregador, buscando interligar as pessoas dispersas na nova capital do Estado e ainda apresentar à população belo-horizontina as aspirações dos diferentes grupos que formavam esta incipiente imprensa (CASTRO, 1995: 24-25).

Esta primeira fase da imprensa mineira, que duraria até o final dos anos 1920, foi marcada por uma produção muito peculiar, na qual o posicionamento político evidenciava-se mais claramente e não havia uma distinção nítida entre jornalismo e literatura. Foi neste período, no qual não havia quase nenhum grau de profissionalização, que surgiria, em abril de 1923, o jornal católico “O Horizonte”, publicado inicialmente aos domingos². Periódico controlado diretamente pela Diocese da capital, ele carregava as marcas de seu tempo, sendo essencialmente doutrinário e com textos mais próximos ao estilo literário. Ainda assim, já se percebia nas páginas deste jornal o posicionamento de seus redatores em relação à situação política do país, que vivia o colapso da ordem oligárquico-liberal e o crescimento da chamada ameaça comunista.

No final dos anos 1920, a imprensa da capital mineira começava a ingressar em uma fase de maior profissionalização, percebida pela evolução das condições técnicas de produção, pelo surgimento de jornais mais permanentes e pela renovação da linguagem e do projeto gráfico dos periódicos. Estas mudanças fizeram a imprensa belo-horizontina ingressar nos anos 1930 com um quadro mais moderno e a maior parte dos títulos evoluíram para

¹ Joaquim Nabuco Linhares realizou um trabalho impressionante de recolhimento dos jornais publicados na nova capital mineira, criando uma vasta coleção que somou, até a sua morte em 1956, o número de 839 títulos, inclusive o primeiro, publicado em 1895 (“Bello Horizonte”). Abrangendo publicações de 1895 a 1954, a “Coleção Linhares” é um instrumento essencial para o estudo da história da imprensa mineira.

² O jornal “O Horizonte” foi publicado semanalmente (aos domingos), depois se tornou bimestral (quartas e sábados) e mais tarde trissemanal (domingos, terças e quintas). Possuía o formato 49x35cm, com quatro páginas e seis colunas.

empreendimentos econômicos, sem abandonar, evidentemente, a preocupação com a situação política do país.

Neste contexto, o jornal “O Horizonte” foi substituído por uma nova publicação desenvolvida pela Arquidiocese de Belo Horizonte, sob a liderança de Dom Antônio dos Santos Cabral³, e contando ainda com uma grande participação do movimento leigo da capital. O primeiro número do jornal “O Diário” foi publicado em fevereiro de 1935⁴. Idealizado para se constituir como um jornal nos moldes das publicações modernas da época, “O Diário” transformou-se em uma das referências da imprensa mineira, tendo uma atuação marcante durante trinta anos (CASTRO, 1995: 30). Embora tenha enfrentado problemas financeiros em toda a sua trajetória, o jornal “O Diário” desempenhou um papel importante como um dos principais instrumentos de divulgação do movimento católico que ganhava força no período, além de contar com um grupo de redatores que alcançaria posições de destaque na intelectualidade mineira, como Edgard de Godoi da Mata Machado, João Etienne Arreguy Filho e Guilhermino César da Silva⁵. Este último ficou conhecido por orientar os “improvisados” jornalistas que ingressavam na redação, criando uma espécie de curso informal de jornalismo (MENDONÇA, 1987: 77).

Os jornais “O Horizonte” e “O Diário” podem ser compreendidos em conjunto com um grande movimento de renovação que a Igreja Católica vivenciava desde o início do século XX e que refletia também os desafios que esta instituição enfrentava em escala mundial desde o século anterior.

O início da era contemporânea representou uma ruptura radical do domínio social que a Igreja Católica exercia há séculos. As diversas formulações políticas robustecidas após a Revolução Francesa e o crescimento do movimento socialista ao longo do século XIX colocaram em xeque diversas proposições do catolicismo. Os ditames da economia capitalista e a visão de mundo liberal apartavam a Igreja do mundo moderno e ela demonstrava reciprocamente sua intolerância a esta nova realidade.

Uma mudança de postura da Igreja ocorreria durante o pontificado de Leão XIII (1878-1903). Preocupado com o afastamento da Igreja em relação a todas as mudanças em

³ Dom Antônio dos Santos Cabral tornou-se o primeiro bispo de Belo Horizonte em 1922. Em 1924, a cidade foi elevada à Arquidiocese e Dom Cabral recebeu o título de Arcebispo. O prelado destacou-se como uma das principais lideranças católicas do país, empenhando-se pela afirmação da doutrina social da Igreja entre os meios intelectuais e dirigentes.

⁴ O jornal “O Diário” tinha o formato 44x28,5cm e mais tarde o tamanho 54x37,5cm, com oito colunas e número de páginas variado.

⁵ Guilhermino César da Silva também foi um dos fundadores, em 1939, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (mais tarde incorporada à UFMG). Diversos redatores do jornal “O Diário” o apontaram como um elemento essencial para o sucesso da publicação (MACHADO *et al.*, 1995: 12).

andamento, Leão XIII procurou conduzir uma reconciliação do catolicismo com o mundo moderno. O projeto que passou a conduzir o clero católico pautava-se na noção de que não bastava manter-se como uma força de reação à modernidade, era necessário transformar a Igreja para torná-la uma expressão ativa e com capacidade de voltar a influir nos rumos da humanidade. Esta nova postura da Igreja deu origem a um amplo movimento que buscava formular e implementar uma nova alternativa de organização da sociedade, buscando superar o individualismo liberal e as propostas revolucionárias comunistas. A defesa de um ideal de colaboração de classes e a apologia dos valores tradicionais cristãos estava na base da chamada Restauração Católica, movimento que almejava “recristianizar” a sociedade (MAINWARING, 1989: 46).

O movimento restaurador encontrou a Igreja brasileira em uma situação bastante difícil. A chegada do governo republicano colocou fim à subserviência da instituição perante o Estado, mas também a deixou em uma situação econômica problemática. Não bastasse a questão financeira, a cúpula católica nacional ainda enfrentava outros problemas muito sérios, como a fragilidade institucional, as limitações das práticas religiosas populares, a falta de padres e o estado precário da educação religiosa. Além do mais, a influência política da Igreja encontrava-se bastante limitada, entre outros fatores, pela carência de intelectuais católicos.

Os desafios para a Restauração Católica no Brasil não eram poucos. Dentre as grandes preocupações das lideranças eclesiais estava justamente a busca pela formação de uma intelectualidade católica militante, capaz de levar a doutrina social da Igreja até os meios dirigentes do país. Esta era uma das metas de Dom Sebastião Leme Silveira Cintra⁶, considerado a maior liderança eclesial do movimento restaurador brasileiro.

Uma das maneiras de possibilitar a organização de quadros intelectuais para a defesa da doutrina social da Igreja era a criação de instituições de discussão e formação teórica, além de publicações que permitiriam um melhor enfrentamento dos desafios que se colocavam para a Igreja nas primeiras décadas do século XX. Dentre as iniciativas deste tipo destacaram-se a revista “A Ordem”, de 1921, e o “Centro Dom Vital”, de 1922⁷. Estes órgãos foram bastante

⁶ O início da Restauração Católica no Brasil é frequentemente associado à publicação da Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando seus diocesanos (1916). No documento, o prelado queixava-se da ignorância religiosa e da displicência dos católicos brasileiros, tidos por ele como “*católicos de nome, católicos por tradição e por hábito, católicos só de sentimento*”. O arcebispo liderou uma série de ações que tinham por objetivo qualificar não apenas o clero brasileiro, mas também o laicato militante, buscando, desta maneira, reverter o problema de uma “*maioria ineficiente*”. (VILLAÇA, 1975: 83)

⁷ A formação de centros de estudo católicos e de publicações ligadas ao ideal de “recristianização” da sociedade eram iniciativas comuns em diversos países, já que acompanhavam as recentes orientações do Vaticano de ampliar a utilização dos meios de comunicação de massa, que tanto eram usados para atacar a Igreja, como novos instrumentos de militância religiosa. Na Argentina, em 1920, foi criada a revista “Crítico”, outra importante publicação católica da América Latina.

representativos do pensamento católico do período, abrigando importantes nomes do movimento, como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima.

A adesão de uma parcela da intelectualidade brasileira à doutrina social da Igreja esteve relacionada também à formação de uma nova direita política. Esta nova direita, essencialmente nacionalista e antiliberal, percebia a realidade mundial como um momento de crise aguda, na qual as propostas liberais haviam “falhado” e as idéias comunistas ganhavam terreno. A sensação era de que a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa haviam causado um verdadeiro “terremoto ideológico” (BEIRED, 1999: 17-18).

A idéia de crise orientou e levou ao engajamento político diversos intelectuais que passaram a recusar os princípios e as regras institucionais liberais, bem como propor uma alternativa de reorganização social que se afastasse das propostas revolucionárias comunistas. Embora existissem, obviamente, diversas correntes dentro deste grupo de intelectuais, podemos considerá-los como constituintes de um campo político, da forma como Pierre Bourdieu considera este conceito (BOURDIEU, 1998). Estes intelectuais formavam uma rede de relações na qual discutiam e compartilhavam reciprocamente suas posições. Desta maneira, as disposições incorporadas dentre deste campo político eram redimensionadas em razão da trajetória individual de cada sujeito e de seu lugar dentro deste campo, o que confere um efeito de identidade construído socialmente.

Os intelectuais católicos formavam uma importante corrente dentro deste novo campo político. Dedicados a uma espécie de “reespiritualização” da sociedade brasileira, este grupo empenhava-se em defender o ideário social católico em diversos espaços, exercendo uma verdadeira “cruzada católica”. O grupo buscava levar sua proposta de organização social aos meios dirigentes do país e tentar uma rearticulação entre Estado e Igreja, em moldes diferentes ao modelo de subserviência existente durante o período imperial.

Para a intelectualidade católica, os diversos acontecimentos dos anos 1920, como o movimento tenentista, a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista Brasileiro e as ações do nascente movimento operário atestavam a incapacidade do Estado e do discurso liberal de fazerem frente a esta nova realidade. O diagnóstico feito a partir de então, e desenvolvido nos anos 1930, era de que esta situação configurava-se como uma crise política e institucional das mais severas e da qual os católicos não poderiam esquivar-se.

Esta leitura da “crise” e da necessidade de atuação política dos intelectuais conservadores católicos pode ser percebida na obra de Jackson de Figueiredo⁸, uma das

⁸ Segundo o professor Francisco Iglésias (IGLÉSIAS, 1971), Jackson de Figueiredo destacou-se por transformar o catolicismo brasileiro em força viva. Ele teria atingido camadas intelectuais que iam além dos

principais lideranças leigas católicas dos anos 1920. Defensor ferrenho da autoridade e do catolicismo, ele entendia que apenas o cristianismo poderia reerguer a crise da civilização. Ao afirmar que “a pior legalidade ainda é melhor que a melhor revolução” (FIGUEIREIDO, 1925: 25) ele expunha sua virulência contra-revolucionária. Figueiredo desenvolveu um arcabouço teórico importante para os intelectuais católicos ao defender a importância da formação de uma elite afinada com o ideal restaurador que, segundo ele, poderia trazer a ordem necessária ao estabelecimento da “verdadeira” liberdade”.

Ao analisar os editoriais e noticiários dos jornais mineiros “O Horizonte” e de seu sucessor “O Diário”, podemos perceber que esta leitura da realidade brasileira comum aos intelectuais católicos do período também estava presente nestas publicações. A idéia de crise parece ser um referencial a partir do qual os redatores destes jornais articulavam suas formulações teóricas e defendiam junto ao público leitor as medidas necessárias para suplantar as supostas ameaças à ordem, à liberdade e aos princípios cristãos.

No editorial de inauguração do jornal “O Horizonte”, em 08 de abril de 1923, intitulado “O nosso objetivo”, percebe-se claramente o ideal de utilização da imprensa como um instrumento de atuação na sociedade. Curiosamente o editorial atacava a já questionada “imparcialidade” dos periódicos:

[...]

O jornal, afirmam, não deve ser o diretor, mas o reflexo da opinião pública; não deve contrariar as idéias da época, mas ser a expressão delas [...].

Não precisamos mostrar quanto vai de imoral nessa doutrina, errônea no seu fundamento, hipócrita na sua afirmação, inexequível na sua prática.

A primeira função do jornal, o seu mais elevado dever, é instruir. (O HORIZONTE, 08 abr. 1923: 1)

Ainda neste artigo as doutrinas que questionavam a necessidade da religião são atacadas (“Todo pensamento antireligioso é um pensamento antipolítico; todo ataque à religião é um ataque à sociedade.”). Percebe-se que a idéia de “boa política” e até a nacionalidade passariam pelo catolicismo (“ser brasileiro é ser católico”). O editorial encerra conclamando os leitores a assumirem uma postura cristã e ativa diante dos “perigos” que ameaçavam a sociedade brasileira: “É agora: com Cristo, e avante!”

Os redatores do jornal “O Horizonte” percebiam a crise como algo que se situava muito além de propostas políticas consideradas extravagantes ou anticristãs, atingindo todas as esferas da vida cotidiana, como os costumes e as expressões artísticas. Uma das grandes

próprios católicos e seu estilo audacioso e exaltado “sacudiu os aliados e irritou os adversários”. O intelectual católico foi um dos fundadores da Revista “A Ordem” e do “Centro Dom Vital”.

preocupações do periódico belo-horizontino, que aparecia freqüentemente nas páginas do jornal, era a situação da educação. Aliás, a educação pública laica advinda com a República era um alvo constante do movimento católico restaurador em todo o país. Ao analisar a situação mundial, um editorial intitulado “A instrução” apontava a educação religiosa como a única alternativa para os males da época:

A humanidade atravessa tremenda crise.
O momento histórico em que nos achamos, é de extraordinária gravidade.
Após a conflagração bélica mundial, uma outra conflagração, talvez mais grave, porém com certeza de maiores conseqüências, reina por toda a parte: a conflagração das idéias, das opiniões e até dos sentimentos.
[...]
É que uma verdade impõe-se a todos os dirigentes de opiniões – o futuro está na escola [...].
[...]
Instrução sem catecismo é para nós absurdo. [...]. (O HORIZONTE, 21 abr. 1923: 1)

Ao percorrer as páginas do jornal “O Horizonte” ao longo de pouco mais de uma década de sua existência deparamo-nos quase que diariamente com expressões como “crise”, “emergência”, “calamidade”, entre outras que caminham nesta mesma direção. A análise da realidade brasileira e local, bem como os desafios que se colocavam diante da Igreja e do laicato militante, eram sempre analisados a partir deste prisma. A Revolução de 1930, por exemplo, apesar de romper com a ordem, conceito tão caro aos católicos, foi apreciada pelo jornal como uma medida radical, mas necessária, justamente por conter o estado caótico da política brasileira:

[...]
A fidelidade às doutrinas da ordem me obriga a condenar, em teoria e na prática, tudo o que seja rebelião contra a autoridade legítima. É doutrina de fé que a autoridade humana é participante da divina.
[...]
Mas em S. Tomás de Aquino encontramos que a revolução é permitida. É um direito extremo, mas é um direito.
Restaria saber se o governo deposto pela revolução triunfante estaria neste caso [...]. Acredito, porém, que não merecia mais o respeito nacional um chefe de governo que atiçava revolta de cangaceiro contra a ordem constituída [...].
A democracia anda falida, em toda a parte e nós precisamos é de autoridade [...]. (O HORIZONTE, 12 nov. 1930: 1)

Assim como seu antecessor, o jornal “O Diário” manteve a mesma linha de defesa intransigente do catolicismo e da doutrina social da Igreja como fundamentos de uma nova sociedade brasileira. Criado em 1935, nasceu em um ano politicamente conturbado da história nacional. O comunismo crescia no país e tornava-se a maior preocupação da Igreja e

conseqüentemente da imprensa católica. A formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a posterior organização da Intentona Comunista, em novembro daquele ano, alçaram o comunismo ao patamar da maior preocupação do movimento restaurador católico.

Aos olhos dos redatores do jornal “O Diário” a crise manifesta-se, naquele momento, como a possibilidade real de efetivação dos postulados comunistas. Pelo menos até 1937, quando se instauraria o Estado Novo, o anticomunismo seria uma tônica dominante dos editoriais deste jornal, como percebemos no artigo “O comunismo escraviza”:

A Igreja quer converter a terra num paraíso, e fazer dos homens anjos. O materialismo contemporâneo pretende converter os homens em feras e demônios [...].

As tendências malignas da doutrina revolucionária são, pelo contrário, corruptoras, aviltantes e degradantes. O plano sinistro da anarquia não é apenas desarticular o organismo social e subverter a ordem, arrasando todo princípio de autoridade: mas, consiste principalmente em negar a noção do dever, da Justiça e da moral [...]. (O DIÁRIO, 04 jun. 1936: 5)

O discurso presente no jornal “O Diário” mostrou-se bastante representativo do pensamento conservador tão marcante nos anos 1930. O próprio imaginário religioso enriquecia as representações políticas dos redatores, especialmente em referência ao comunismo, uma postura comum no movimento restaurador católico da época (DUTRA, 1997: 53).

Desta maneira, os conceitos ligados ao conservadorismo “clássico”, como a defesa da tradição, da moralidade e da propriedade eram mesclados a uma visão da realidade brasileira baseada em pressupostos estritamente religiosos, dando forma a um conservadorismo católico que se constituiu como uma importante força política, tendo as publicações belo-horizontinas “O Horizonte” e “O Diário” como uma de suas principais representantes em Minas Gerais.

Este artigo pretendeu demonstrar como a imprensa representou um papel importante no projeto de Restauração Católica empreendido pela Igreja brasileira nas primeiras décadas do século XX. Em Minas Gerais, este movimento teve como expoentes as duas publicações periódicas tratadas neste texto, cujos redatores poderiam ser enquadrados dentro do grupo de intelectuais católicos que representavam o importante “braço” leigo do movimento restaurador. Os editoriais e artigos destes jornais, partindo da idéia de que o país enfrentava uma grave crise, defenderam posicionamentos constituintes de um projeto político conservador que conseguiu, em grande parte, estar presente nas diretrizes do governo que se estabeleceu após a instauração do Estado Novo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

a) Periódicos (jornais):

O DIÁRIO, Belo Horizonte, 06 fev. 1935 – 11 nov. 1937.

O HORIZONTE, Belo Horizonte, 08 mar. 1923 – 13 nov. 1934.

b) Demais publicações:

BEIRED, José Luis Bendicho. Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa, uma mercadoria política. In: História e Perspectiva, UFB: Uberlândia, n. 4, p. 131-139, jan./jun. 1991.

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. Efêmeros e permanentes: os ardis da memória da imprensa de Belo Horizonte. In: LINHARES, Joaquim Nabuco. Itinerários da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p. 13-41.

DUTRA, Eliana de Freitas. O Ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

FIGUEIREDO, Jackson de. A coluna de fogo. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1925.

IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. In: —————. História e Ideologia. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 109-158.

LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas: Papyrus, 1986.

MACHADO, Ayres da Mata; AULICUS, Celius; MACHADO, Edgard da Mata; ETIENNE, João; MENDONÇA, José. Memória do jornalismo mineiro. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte/PUC-Minas, 1995.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989.

MENDONÇA, José. A imprensa de Belo Horizonte na Fase Revolucionário (1925-1937). In: ANAIS DO VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1987, p. 45-81.

VILLAÇA, Antônio Carlos. O pensamento católico no Brasil. Rio da Janeiro: Zahar Editores, 1975.